

A VisionWare é uma empresa portuguesa que foca a sua actividade na segurança de informação, sendo reconhecida, como refere o CEO, Bruno Castro, como "um player de referência a nível mundial". A empresa nasceu do empreendedorismo dos fundadores e viu o negócio ascender a 2,5 milhões de euros em 2010. Este ano, apesar da crise, pretendem crescer "dois dígitos" para os três milhões de euros, com aposta nos mercados de Angola, Cabo Verde e Médio Oriente.

Como nasceu a VisionWare? Qual o contributo do seu percurso profissional e da sua passagem por empresas como a Novabase ou a Critical Software para a criação da empresa?
A VisionWare nasce do empreendedorismo dos seus fundadores num momento em que este projecto inovador seria muito bem recebido pelo mercado. A experiência em outras empresas, como a Novabase ou Critical Software, veio dar a estabilidade e visão necessárias para desenhar a abordagem ao mercado.

Quais foram os resultados financeiros da VisionWare em 2010? Qual o volume de negócios, o crescimento em relação ao ano anterior e quais as perspectivas para este ano? E em termos de lucros?

O valor de 2010 ronda os 2,5 milhões de euros de volume, com crescimento de dois dígitos face ao ano anterior. Para 2011, e apesar da crise, pretendemos crescer ao mesmo rácio, alcançando o valor de três milhões de euros, aumentando substancialmente a rentabilidade face às operações em mercados como Angola, Cabo Verde e Médio Oriente.

Qual a estratégia para este ano?

Continuando a abordagem dos últimos quatro anos, pretendemos manter o crescimento internacional, reforçando o posicionamento nos mercados Europeu, PALOP e Médio Oriente.

O objectivo nos próximos anos será garantir um volume de negócios preponderante no mercado internacional no sector da segurança de informação a nível global, quer se trate de mercados emergentes ou maduros.

Qual a vossa estratégia de internacionalização?

A aposta é feita em três frentes. Na Europa, em Bruxelas, com presença regular nos Grupos de Segurança que colaboram com a Comissão Europeia. No mercado PALOP (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Guiné), através de subsidiárias em Praia e Mindelo. Como objectivo preponderante no sector da Defesa, o mercado do Médio Oriente, através de projectos na Argélia.

No mercado PALOP assumimos uma posição de liderança em Cabo Verde e Angola. No futuro, pretendemos abordar Moçambique e Guiné, contudo e daqui em diante, será desenvolvido através das operações de Praia e Mindelo. Actualmente, este mercado representa mais de 25% de volume de negócios da VisionWare.

Vão contratar e apostar na formação? Típicamente como se caracterizam os vossos Recursos Humanos?
Procuramos manter a política rigorosa de contratação. Com o crescimento e abrangência internacional, vamos adequando a estrutura humana. O que nos faz crescer é a qualidade dos nossos colaboradores, no que respecta às áreas de matéria classificada e confidencial, reconhecemos que o processo de recrutamento se torna difícil

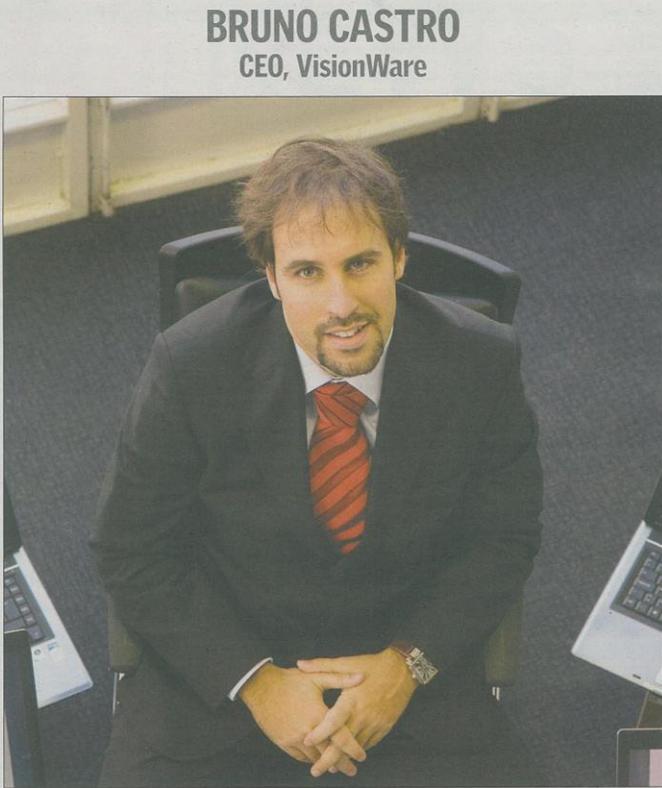


Foto: DR

BRUNO CASTRO CEO, VisionWare

"OS PALOP REPRESENTAM MAIS DE 25% DA FACTURAÇÃO DA VISIONWARE"

A VisionWare quer crescer dois dígitos para os três milhões de euros, com o contributo das operações em Angola, Cabo Verde e Médio Oriente. Está nos planos da empresa abrir escritórios em Luanda e Bruxelas, diz o CEO Bruno Castro

mente num desafio.

A aposta em formação é uma necessidade básica para se trabalhar nesta área. Os colaboradores são especializados de perfil sénior com experiência no sector da Segurança.

Vão abrir novos escritórios?

Estamos em Lisboa, Almada, Porto e Viséu. Internacionalmente na Praia e Mindelo, em Cabo Verde, com a possibilidade de vir a estabelecer escritórios em Luanda e Bruxelas.

O que significa o estatuto PME Líder?

Este estatuto veio evidenciar o sucesso inequívoco do projecto VisionWare. É um orgulho para os fundadores e acionistas ver a empresa com este tipo de distinção num mercado onde

o tecido empresarial, na generalidade, passa por sérias dificuldades.

Onde está o limite entre a segurança e a liberdade? Está o ciberterrorismo a limitar a liberdade de todos nós?
Com o cenário de guerra e terrorismo espalhado pelo mundo, o limiar entre segurança e liberdade será cada vez mais ténue. Esta é uma realidade que não podemos omitir e que teremos de passar a lidar com naturalidade. A Internet como veículo de informação, que para além de servir os princípios mais nobres, é igualmente utilizada em acções menos lícitas que poderão colocar em causa a segurança do indivíduo, da empresa ou do Estado e tal deverá ser protegida.

O próximo desafio prende-se em estabelecer o nível de monitorização e controlo que nos "proteja" e simultaneamente garanta a nossa privacidade e liberdade.

Quais são os novos desafios da segurança informática, com a multiplicação de suportes?

Face a esta mudança, o maior desafio será social, as pessoas passam a viver numa realidade virtual, onde tudo o que sempre fizeram fisicamente é realizado na Internet através da dita nuvem. A sociedade terá que ter os mesmos princípios de alerta vividos no passado. A nuvem, para além de permitir todos esses serviços virtuais no conforto do lar, também detém um lado negro, onde existem graves ameaças.

É tanto ou mais perigoso passar online, do que em bairros menos recomendados e, como tal, será sempre necessário manter activo o nosso espírito de alerta e bom senso. Isso, será certamente o maior desafio da era da informação.

As empresas e a Administração Pública já estão sensibilizadas para a segurança informática?

Nos últimos anos notamos uma postura pró-activa na procura de segurança no tecido empresarial e na Administração Pública, via, em muitos casos, das normas instituídas pela Comunidade Europeia. Hoje existe legislação que obriga a que as empresas ou instituições governamentais garantam determinados níveis de segurança. Esse facto veio alterar a predisposição da camada de gestão para investimento em segurança. Várias garantem de base um orçamento para segurança, completamente distinto do de informática.

Contudo com o crescimento acentuado, temos vindo a ser chamados para processos de investigação forense em todos os sectores. Somos especializados e reconhecidos internacionalmente nesta área em particular, ou seja, assumir um cenário de crime, isolar as provas e evidências, proceder à investigação criminal e, por fim, numa grande percentagem de casos, descobrir o alcance, a forma e o autor do crime.

Quais os principais riscos que as empresas correm?

Quer se trate do indivíduo, empresa ou Estado, existem inúmeras ameaças. No tecido empresarial, as maiores recorrências são o roubo de base de dados de clientes/preços, acesso ao e-mail de elementos preponderantes, ataque directo ao sistema que suporta o negócio da organização. Na Administração Pública tem sido notório um crescimento em ataques de hackers institucionais de forma a colocar em causa a credibilidade da instituição, acesso ao e-mail de figuras mediáticas/políticas e roubo de informação confidencial para benefício próprio.